

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
DIRETORIA-GERAL
SECRETARIA DE PESSOAL

PORTARIA TRT7.GP Nº 114, DE 12 DE MAIO DE 2022

A VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais, com fulcro nos artigos 15, parágrafo 4º e 35, inciso I, da Lei nº 8.112/1990 e tendo em vista o PROAD Nº 2421/2022, resolve:

Dispensar ELISÂNGELA RABELO DA SILVA, Técnica Judiciária - Área Administrativa do Quadro Permanente de Pessoal deste Tribunal, da função comissionada FC2, com atribuições de Assistente, vinculado à 11ª Vara do Trabalho de Fortaleza, oriunda do Ato nº 67/1992, transformado pelo Ato nº 207/2008 e alterado pelo de nº 40/2011 da Presidência deste Tribunal;

Designar JOYCE FRANCIELLY SCHWAICKARTT, Técnica Judiciária - Área Administrativa do Quadro Permanente de Pessoal deste Tribunal, para exercer a função comissionada FC2, com atribuições de Assistente, vinculada à 11ª Vara do Trabalho de Fortaleza, oriunda do Ato nº 67/1992, transformado pelo Ato 207/2008 e alterado pelo Ato de nº 40/2011 da Presidência deste Tribunal, em virtude da dispensa de Elisângela Rabelo da Silva.

FERNANDA MARIA UCHOA DE ALBUQUERQUE

PORTARIA TRT7.GP Nº 120, DE 17 MAIO DE 2022

A VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO, no exercício da presidência, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 15, parágrafo 4º da Lei nº 8.112/1990 e tendo em vista o PROAD Nº 2480/2022, resolve:

Designar ROSANNA DE MOURA BARROS, Analista Judiciária - Área Judiciária do Quadro Permanente de Pessoal deste Regional, para exercer a função comissionada FC3, com atribuições de Secretário de Audiência, vinculada à 14ª Vara do Trabalho de Fortaleza, oriunda do Ato nº 110/2010, alterada pelo de nº 40/2011 da Presidência deste Tribunal, em virtude da dispensa de Rafael Furtado Morais.

FERNANDA MARIA UCHOA DE ALBUQUERQUE

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

ATO PRESI Nº 171, DE 16 DE MAIO DE 2022

A DESEMBARGADORA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e CONSIDERANDO o que consta nos autos do Processo Administrativo Eletrônico TRT8 nº 2089/2022; resolve:

Conceder aposentadoria ao servidor JOÃO CARLOS AGUIAR LIMA, com fundamento no artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, assegurado pelo artigo 3º da Emenda Constitucional nº 103/2019, no cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, Classe C, Padrão 13, do Quadro Permanente do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, com PROVENTOS INTEGRALIS correspondentes à remuneração do servidor no cargo efetivo, qual seja, a estabelecida nos artigos 12 e 13 da Lei nº 11.416/2006, com as alterações decorrentes da Lei nº 13.317/2016; acrescida do adicional por tempo de serviço de 18% (dezoito por cento) adquirido antes de 8 de março de 1999, anteriormente previsto nos artigos 61, inciso III, e 67 da Lei nº 8.112/1990, com a observância das alterações introduzidas pela Medida Provisória nº 2.225-45/2001; bem como da Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada de 1/10 (um décimo) de Função Comissionada em Nível de FC-4, em razão das funções exercidas até 17/01/2008, conforme estabelecido pelo art. 62-A da Lei nº 8.112/1990 e pelo art. 5º da Lei nº 9.624/1998.

ROSITA DE NAZARÉ SIDRIM NASSAR

ATO PRESI Nº 176, DE 16 DE MAIO DE 2022

A DESEMBARGADORA DO TRABALHO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO, no exercício da Presidência, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e CONSIDERANDO a existência de um cargo vago de livre provimento da categoria funcional de Analista Judiciário, Área Apoio Especializado, Especialidade Tecnologia da Informação, neste Regional; CONSIDERANDO que já expirou a vigência do Concurso Público C-335/2015, último certame realizado para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva nos cargos de Analista Judiciário e Técnico Judiciário do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região; CONSIDERANDO o que consta nos autos do Processo Administrativo Eletrônico nº 1976/2022, que tratam do provimento de cargos vagos deste Tribunal, mediante aproveitamento de candidatos aprovados em concursos públicos realizados por outros Órgãos do Poder Judiciário; CONSIDERANDO a previsão expressa no Edital nº 1/2019 do concurso público realizado pelo Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Pará sobre a possibilidade de aproveitamento de candidatos aprovados nos referidos certames por outros órgãos do Poder Judiciário Federal, para fins de nomeação, mediante a observância dos requisitos legais; CONSIDERANDO a concordância do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Pará em ceder candidatos aprovados no seu concurso público, para fins de nomeação junto a este Regional, mediante aproveitamento; CONSIDERANDO a manifestação de interesse do candidato consultado por aquela Corte; CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 8.112/1990, bem como na Decisão Normativa nº 212/1998 e no Acórdão nº 569/2006, ambos do Tribunal de Contas da União; CONSIDERANDO, ainda, o interesse do serviço, resolve:

Nomear, de acordo com o artigo 9º, item I, combinado com o artigo 10, ambos da Lei nº 8.112/1990, o candidato abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público realizado pelo Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Pará, para exercer o cargo de provimento efetivo da categoria funcional de Analista Judiciário, Área Apoio Especializado, Especialidade Tecnologia da Informação, Classe A, Padrão 1, Nível Superior, do Quadro de Pessoal Permanente do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, como a seguir: 3º lugar pela lista de pessoa negra e 16º lugar pela lista de ampla concorrência - **LEONARDO DOS SANTOS LAGE**, para a localidade de Belém, em vaga decorrente da exoneração, a pedido, de Marcelo Ferraz de Oliveira (código 1380).

ROSITA DE NAZARÉ SIDRIM NASSAR

ATO PRESI Nº 177, DE 16 DE MAIO DE 2022

A DESEMBARGADORA DO TRABALHO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO, no exercício da Presidência, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e CONSIDERANDO a existência de 3 (três) cargos vagos de livre provimento da categoria funcional de Técnico Judiciário, Área Administrativa, neste Regional; CONSIDERANDO que já expirou a vigência do Concurso Público C-335/2015, último certame realizado para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva nos cargos de Analista Judiciário e Técnico Judiciário do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região; CONSIDERANDO o que consta nos autos do Processo Administrativo Eletrônico nº 1976/2022, que tratam do provimento de cargos vagos deste Tribunal, mediante aproveitamento de candidatos aprovados em concursos públicos realizados por outros Órgãos do Poder Judiciário; CONSIDERANDO a previsão expressa no Edital nº 1/2019 do concurso público realizado pelo Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Pará sobre a possibilidade de aproveitamento de candidatos aprovados nos referidos certames por outros órgãos do Poder Judiciário Federal, para fins de nomeação, mediante a observância dos requisitos legais; CONSIDERANDO a concordância do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Pará em ceder candidatos aprovados no seu concurso público, para fins de nomeação junto a este Regional, mediante aproveitamento; CONSIDERANDO a manifestação de interesse dos candidatos consultados por aquela Corte; CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 8.112/1990,

bem como na Decisão Normativa nº 212/1998 e no Acórdão nº 569/2006, ambos do Tribunal de Contas da União; CONSIDERANDO, ainda, o interesse do serviço, resolve:

Nomear, de acordo com o artigo 9º, item I, combinado com o artigo 10, ambos da Lei nº 8.112/1990, os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Concurso Público realizado pelo Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Pará, para exercerem o cargo de provimento efetivo da categoria funcional de Técnico Judiciário, Área Administrativa, Classe A, Padrão 1, Nível Intermediário, do Quadro de Pessoal Permanente do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, como a seguir: 27º lugar pela lista de ampla concorrência - **LARISSA MEDEIROS DE OLIVEIRA**, para a localidade de Parauapebas, em vaga decorrente da posse em outro cargo inacumulável de Luana Kareem da Silva (código 1293); 6º lugar pela lista de pessoa negra e 82º lugar pela lista de ampla concorrência - **JOSE KEILON CRUZ RAIOL**, para a localidade de Abaetetuba, em vaga decorrente da posse em outro cargo inacumulável de Ricardo Azevedo Ramos Silva (código 135); 28º lugar pela lista de ampla concorrência - **PEDRO PAULO ARAÚJO VIANA**, para a localidade de Xinguara, em vaga decorrente da exoneração, a pedido, de Cláudia Miranda Salgueiro (código 1378).

ROSITA DE NAZARÉ SIDRIM NASSAR

ATO PRESI Nº 179, DE 16 DE MAIO DE 2022

A DESEMBARGADORA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e

CONSIDERANDO o que consta nos autos do Processo Administrativo Eletrônico TRT8 nº 72/2022; resolve:

Conceder aposentadoria ao servidor RAIMUNDO DE JESUS SEIXAS CORRÊA, com fundamento no artigo 20 da Emenda Constitucional nº 103/2019, no cargo de Analista Judiciário, Área Judiciária, Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal, Classe C, Padrão 13, do Quadro Permanente do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, com PROVENTOS correspondentes a 100% (cem por cento) da média aritmética da totalidade das contribuições vertidas a regime próprio de previdência social e ao Regime Geral de Previdência Social, observado o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência, consoante prescrito no art. 26, §§ 1º e 3º da Emenda Constitucional nº 103/2019, em razão da prévia e expressa opção ao regime de previdência complementar prevista no art. 40, § 16, da Constituição Federal, ACRESCIDOS DO BENEFÍCIO ESPECIAL previsto no artigo 3º, § 1º, da Lei nº 12.618/2012.

ROSITA DE NAZARÉ SIDRIM NASSAR

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

PORTARIA CPV Nº 306, DE 12 DE MAIO DE 2022

A DESEMBARGADORA PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e tendo em vista o que consta do PROAD nº 10502/2022, resolve:

Cessar, a partir de 12 de maio de 2022, a remoção de LINCOLN ANDRADE NOGUEIRA, Técnico Judiciário, Área Administrativa, do Quadro Permanente da Secretaria deste Tribunal, para o Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, nos termos do artigo 36 da Lei nº 8.112/1990 e do artigo 20 da Lei nº 11.416/2006 c/c artigo 15, do Ato Conjunto TST.CSJT.GP nº 20/2007, efetivada pela Portaria SPV nº 31, de 7/1/2008, publicada no DOU - Seção 02, em 29/2/2008, página 48 e no DOE - PJ, em 29/1/2008, página 3.

ANA AMARYLIS VIVACQUA DE OLIVEIRA GULLA

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

COORDENADORIA DE PROVIMENTO E VACÂNCIA

PORTARIA CPV Nº 311, DE 17 DE MAIO DE 2022

A COORDENADORA DE PROVIMENTO E VACÂNCIA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO, no uso da competência subdelegada pela Portaria SEGP nº 01/2019, resolve:

Designar, a partir da publicação desta portaria, WELDER DE OLIVEIRA MORAES, Servidor Público da Prefeitura Municipal de Santa Bárbara D Oeste, à disposição deste Tribunal, lotado na Vara do Trabalho da referida cidade, para exercer a função comissionada de Calculista FC-04, dispensando-o da função comissionada de Executante FC-01.

CAROLINA MAGALHÃES SERNE CARNEVALLI

JUSTIÇA FEDERAL

3ª REGIÃO

SEÇÃO JUDICIÁRIA EM SÃO PAULO

DIRETORIA DO FORO

PORTARIA UGEP DFORS/SP/UGEP/NUIP/SUIG Nº 2.542, DE 13 DE MAIO DE 2022

O JUIZ FEDERAL DIRETOR DO FORO E CORREGEDOR PERMANENTE DOS SERVIÇOS AUXILIARES DA JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo Administrativo 0003096-85.2022.4.03.8001, e,

CONSIDERANDO os afastamentos dos servidores da Administração Central da Seção Judiciária de São Paulo, conforme as solicitações por mensagens eletrônicas constantes no doc. SEI 8727104 e 8727641; resolve:

I - Designar a servidora MARIA HELENA DE ALMEIDA SANTOS, RF 1102, Técnico Judiciário, Área Administrativa, para substituir a servidora MARCIA TOMIMURA, RF 7956, Analista Judiciário, Área Judiciária, Diretora da Secretaria Administrativa (CJ-3), no período de 04 a 13.04.2022, em virtude de férias;

II - Designar a servidora GISELE DORIA SALVIANI MORAIS, RF 3035, Técnico Judiciário, Área Administrativa, para substituir a servidora CINTIA MILUZZI, RF 3152, Técnico Judiciário, Área Administrativa, Diretora da Subsecretaria de Gestão de Pessoas (CJ-2), no período de 28.03 a 04.04.2022, em virtude de férias;

III - Designar a servidora JOCELI GUERRA CASTELFRANCHI, RF 3002, Analista Judiciário, Área Apoio Especializado, Especialidade Psicologia do Trabalho, para substituir a servidora CINTIA MILUZZI, RF 3152, Técnico Judiciário, Área Administrativa, Diretora da Subsecretaria de Gestão de Pessoas (CJ-2), no período de 05 a 12.04.2022, em virtude de férias;

IV - Designar a servidora NORMA LUCIA DA CUNHA SOARES, RF 3794, Técnico Judiciário, Área Administrativa, para substituir a servidora GISELE MOLINARI FESSORE, RF 3625, Técnico Judiciário, Área Administrativa, Diretora da Subsecretaria de Comunicação, Conhecimento e Inovação (CJ-2), no período de 18.04 a 02.05.2022, em virtude de férias;

V - Designar a servidora YARA NORONHA DA COSTA, RF 6555, Técnico Judiciário, Área Administrativa, para substituir o servidor CRISTIANO CONCEIÇÃO ABILIO, RF 4577, Analista Judiciário, Área Apoio Especializado, Especialidade Contadoria, Diretor da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças (CJ-2), no dia 20.04.2022, em virtude de gozo de dia trabalhado em recesso;

VI - Designar a servidora RUTH LIMA VILLAR, RF 1265, Técnico Judiciário, Área Administrativa, para substituir a servidora TATIANA MITIKO MARUITI, RF 3160, Técnico Judiciário, Área Administrativa, Diretora da Subsecretaria de Saúde e Segurança (CJ-2), nos dias 31.03 e 01.04.2022, em virtude de gozo de dias trabalhados em recesso, bem como no dia 09.05.2022, em virtude de participação no curso "Contratação Direta";

VII - Designar o servidor ALISON SANTOS CALADO, RF 8461, Técnico Judiciário, Área Administrativa, para substituir a servidora TATIANA MITIKO MARUITI, RF 3160, Técnico Judiciário, Área Administrativa, Diretora da Subsecretaria de Saúde e Segurança (CJ-2), no dia 10.05.2022, em virtude de participação no curso "Contratação Direta".

MARCIO FERRO CATAPANI

